

Organizadores:

Karoline Mafra Sarmiento Beserra

Márcio Oliveira Rocha

Pedro Henrique Nogueira

Beclaute Oliveira Silva



O Processo Civil Contemporâneo

Autores:

Bárbara Seccato Ruis Chagas. Beclaute Oliveira Silva. Denarcy Souza e Silva Júnior. Diogo Henrique de Barros Lopes. Eduardo Henrique Costa. Gabriela de Moraes Pantaleão Duda. João Pedro Lins Cavalcante Santos. Leonardo Máximo Barbosa. Lucas Lopes Dória Ferreira. Luis Caubi Cavalcante de Souza Filho. Luís Manoel Borges do Vale. Márcio Oliveira Rocha. Mariana Braga de Andrade Martins. M. Y. Minami. Paula Katarina Lopes de Lobo Ferreira. Pedro Henrique Nogueira. Ravi Peixoto. Rodrigo Mazzei

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2019

Copyright © 2019 by Karoline Mafra Sarmiento Beserra
Márcio Oliveira Rocha
Pedro Henrique Nogueira
Beclaute Oliveira Silva

Categoria: Direito Processual

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Alex Sandro Nunes de Souza

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

115 0724

O processo civil contemporâneo / Karoline Mafra Sarmiento Beserra...
[et al.] (organizadores). – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2019.
280 p. ; 23 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-519-1239-3

1. Direito público. 2. Processo civil - Brasil. 3. Efetivação. 4. Tutela anteci-
pada incidental. I. Beserra, Karoline Mafra Sarmiento. II. Rocha, Márcio Oli-
veira. III. Nogueira, Pedro Henrique. IV. Silva, Beclaute Oliveira. V. Título.

CDD 347

Sumário

Capítulo I

Conflito entre Coisas Julgadas no Novo Código de Processo Civil..... 1

Beclaute Oliveira Silva

Introdução.....	2
1. Coisa julgada no panorama legislativo pátrio	3
2. Conflito entre coisas julgadas: versões doutrinárias.....	7
3. Análise crítica das soluções colocadas pela doutrina	9
4. O problema do conflito entre coisas julgadas no Superior Tribunal de Justiça	13
5. Solução proposta: tese da ineficácia	17
6. Conclusão.....	19
Referências	19

Capítulo II

Sobre Ativismos e Discricionariedades: STF e o Estado de

Coisas Inconstitucional..... 23

Denarcy Souza e Silva Júnior

Introdução.....	23
1. Judicialização da política e ativismo judicial: uma necessária distinção....	25
2. Estado de coisas inconstitucional: uma apresentação	33
3. O Estado de coisas inconstitucional e o Supremo Tribunal Federal: críticas necessárias	36
Conclusão.....	42
Referências	44

Capítulo III

A Possibilidade de Estabilização da Tutela Antecipada Incidental

e de Evidência

Diogo Henrique de Barros Lopes

Introdução.....	47
1. Tutelas Provisórias: conceito, classificação e características	49

2. Tutela provisória cautelar e antecipada. Estabilização dos efeitos do pedido liminar satisfativo	54
3. Estabilização da Tutela Provisória Satisfativa Incidental e da Tutela Provisória de Evidência	60
Conclusões	63
Referências	64

Capítulo IV

A Natureza Jurídica do Rol de Cabimento do Agravo de Instrumento: limites interpretativos e a segurança jurídica.....	67
--	-----------

Eduardo Henrique Costa

Introdução.....	67
1. A disciplina do Agravo de Instrumento no CPC/73 e CPC/2015	69
2. A natureza jurídica do art. 1.015 e a aplicação da técnica da interpretação extensiva	71
3. As hipóteses sugeridas de interpretação extensiva	78
4. A garantia da segurança jurídica na interpretação do Rol do Agravo de Instrumento	81
Conclusão.....	83
Referências	84

Capítulo V

A Implantação de Vara Ambiental em Alagoas como Garantia do Princípio da Celeridade no Processo	89
--	-----------

Gabriela de Moraes Pantaleão Duda

Mariana Braga de Andrade Martins

I. Das considerações iniciais.....	90
II. O meio ambiente como bem tutelado pela constituição de 1988	91
III. O princípio da celeridade processual na proteção ambiental e garantia da primazia do interesse público.....	93
IV. Implantação de Varas Ambientais em alagoas como meio e desobstruir as disfunções ambientais.....	99
Considerações Finais.....	102
Referências	103

Capítulo VI**Do Esgotamento da Autocomposição****ao Julgamento Arbitral Judicial em *Ultima Ratio* 107***João Pedro Lins Cavalcante Santos*

Introdução.....	108
1. Influência da celeridade e efetividade na prática ao longo dos últimos anos.....	108
2. Autocomposição como etapa do Processo.....	109
3. Contribuição da Sociedade no Sobrecarregamento do Judiciário	111
4. Função Social da Autocomposição	113
5. Considerações Gerais acerca da Autocomposição	114
6. Mediação e Conciliação, Principais Métodos Autocompositivos.....	117
7. Julgamento Arbitral Judicial em <i>Ultima Ratio</i> , Considerações Finais.....	120
Referências	121

Capítulo VII**A Definição de Regras de Processo e de Procedimento****e a ADI 4414/Al..... 123***Lucas Lopes Dória Ferreira*

Introdução	123
1. Texto, norma e conceito jurídico fundamental (ou lógico-jurídico) .	124
2. Conceito jurídico fundamental	128
3. Norma jurídica como gênero de duas espécies: regras e princípios	131
4. O conceito de processo, de procedimento e a ADI 4414/AL	133
5. Contribuições doutrinárias.....	136
Conclusão.....	139
Bibliografia	140

Capítulo VIII**O Cumprimento Provisório da Multa Cominatória, no CPC/15, e a Possibilidade de Realização do Anticipatory Overruling pelos Órgãos Jurisdicionais: A Oportunidade Perdida pelo Tribunal de****Justiça do Estado de Alagoas 143***Luís Manoel Borges do Vale**Leonardo Máximo Barbosa*

Introdução..... 143

1. O anticipatory overruling e o legislative override: Aplicabilidade no direito brasileiro 146

2. O cumprimento provisório da multa cominatória e a possibilidade de realização do anticipatory overruling. A oportunidade perdida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas 151

Conclusão..... 154

Bibliografia 155

Capítulo IX**Reclamação Constitucional N.º 26.303/Rj: O Que Mudou na Aplicação dos Precedentes Após Dois Anos de Vigência do Cpc/2015? 157***Márcio Oliveira Rocha**Luis Caubi Cavalcante de Souza Filho*

1. Considerações iniciais 158

2. Dos precedentes no direito brasileiro 161

3. Do respeito ao precedente vinculante no direito brasileiro 164

Conclusão..... 173

Referências 173

Capítulo X**O Instituto da fraude à execução e sua aplicabilidade****às Execuções fiscais 175***Paula Katarina Lopes de Lobo Ferreira*

Introdução..... 176

1. Da fraude à execução 176

2. Da fraude contra o crédito tributário..... 181

3. Da execução fiscal.....	184
Conclusão.....	189
Referências	190

Capítulo XI

A sentença de improcedência como título executivo.....	193
---	------------

Pedro Henrique Nogueira

1. Nota introdutória	193
2. A classificação quinária das sentenças.....	193
3. A sentença (decisão) de improcedência como sentença declaratória	198
4. Outros efeitos da decisão de improcedência.....	199
Conclusão.....	206
Referências	206

Capítulo XII

Da questão prejudicial incidental constitucional no STF e o

Novo regime de coisa julgada	209
---	------------

M.Y. Minami

Ravi Peixoto

Introdução.....	210
1. Da fundamentação da decisão.....	211
2. Do dispositivo	213
3. Das questões prejudiciais	214
4 Da coisa julgada	217
5. Coisa julgada das questões prejudiciais incidentais	218
6. A diferença entre a eficácia vinculante do precedente e a indiscutibilidade da coisa julgada	221
7. As formas de análise da questão constitucional pelo Supremo Tribunal Federal	226
8. A (in)adaptabilidade do regime da coisa julgada da questão prejudicial ao controle difuso de constitucionalidade no Supremo Tribunal Federal.....	228
Conclusões	234
Referências	234

Capítulo XIII

Breve ensaio sobre a postura dos atores processuais em relação aos métodos adequados de resolução de conflitos	239
---	------------

Rodrigo Mazzei

Bárbara Seccato Ruis Chagas

1. Introdução	240
2. As partes	242
3. Os auxiliares da justiça: conciliadores e mediadores	248
4. Advogados, Defensores públicos e Ministério Público	253
5. O juiz	259
6. Breve fechamento	262
Referências	263